



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679639 - GO (2021/0216516-5)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : REGINALDO FERREIRA ADORNO FILHO
ADVOGADO : REGINALDO FERREIRA ADORNO FILHO - GO024841
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : MICAEL CARVALHO LUIZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MICAEL CARVALHO LUIZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5301744-11.2021.8.09.0000).

O paciente, juntamente com outros corréus, foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 158, § 1º, e 288 do Código Penal. Interposto *habeas corpus* contra ato do Juízo da Vara Criminal da Comarca de Itaberaí, o Desembargador do TJGO Leandro Crispim denegou a ordem liminarmente sob o fundamento de inadmissibilidade do *writ*.

O impetrante sustenta flagrante ilegalidade na manutenção da prisão em flagrante do paciente, uma vez que homologada sem manifestação da defesa.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem “anulando a homologação do flagrante” (fl. 18).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo apresentada nos autos não foi apreciada pelo colegiado do Tribunal de origem. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ademais, não visualizo manifesta ilegalidade na decisão proferida pelo desembargador do Tribunal *a quo* que ficou fundamentada nos seguintes termos:

A legalidade do flagrante e da decisão que o homologou e convolou a custódia em preventiva, já foi assentada por esta Corte por ocasião do julgamento do habeas corpus n 5216356-43.2021.8.09.0000.

Registro que a decisão na qual foi, novamente, indeferido o pedido de revogação da custódia não constitui fato novo. Isso porque a autoridade impetrada se restringiu a confirmar os fundamentos anteriormente esposados e analisados no habeas corpus acima mencionado.

Sobrelevo, ademais, que o pedido de extensão da decisão proferida, pelo STJ, no AgRg no HABEAS CORPUS Nº 665850 - GO (2021/0143496-6), já foi indeferido pela própria Instância Superior. De modo que inoportável nova análise da matéria pelo TJGO.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente